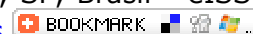


*Artigos Originais***EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO***Original Articles***MILITARY EDUCATION IN BRAZIL: A BRIEF HISTORY**

Jefferson Gomes Nogueira*

<http://lattes.cnpq.br/7646743293236262>jefferson_gn35@yahoo.com.br

CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

**RESUMO**

Pesquisou-se a história da educação militar no Brasil, tendo como objetivo compreender a sua evolução histórica, que caminha com a evolução da história do próprio Exército Brasileiro. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em Educação realizada junto à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), intitulada “Educação Militar: uma leitura da educação no Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB)”. Buscou-se na origem da educação militar os elementos que permitiram compreender o *ethos* militar aplicado na prática pedagógica dos Colégios Militares. Os resultados obtidos nessa etapa da pesquisa permitiram compreender como se deu a idealização da educação militar no Brasil e quais seus vínculos e influência na prática pedagógica do SCMB.

Palavras-chave: história da educação. história da educação militar. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

We researched the history of military education in Brazil, aiming to understand its historical evolution, that moves with the evolution of the Brazilian Army's own history. This paper is part of a master thesis research in Education, developed in the Federal University of Mato Grosso do Sul, entitled “Military Education: a reading of the Education System of Military Colleges of Brazil (SCMB)”. We investigate, in the origin of military education, the elements that allow us to understand the military ethos applied to the pedagogical practice of Military Colleges. The results obtained in this stage of the research allowed us to understand how

* Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em História – UFES. Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Ciências Humanas (UFES). Professor de Pós-Graduação do Instituto Master de Educação e Cultura – Campo Grande (MS).

was the idealization of military education in Brazil, and what are its ties and influences in the pedagogical practice of SCMB.

Keywords: history of education. history of military education. Brazilian Army.

Este artigo tem como gênese a constituição da educação militar no Brasil, onde buscamos traçar a sua evolução histórica visando compreender a educação no âmbito do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). A simples agregação do termo militar à educação já desperta interesse. No dicionário encontramos as seguintes definições: *mi.li.tar adj (lat militares)*. 1. Que diz respeito à guerra, à milícia, às tropas. 2. Que se baseia na força militar ou nos costumes militares. 3 Determinado pelas leis da guerra. 4 Pertencente ao exército (em contraposição a *civil*). 5 Próprio de quem segue a carreira das armas, tendo como função específica a defesa da Pátria. 6 Que ama a carreira das armas. *SM*. Aquele que faz parte do exército ou segue a carreira das armas; soldado.

O termo militar serve para indicar os profissionais ou membros das instituições que possuem a autorização para o “uso legítimo da força”. Segundo Max Weber (1864-1920), O Estado moderno é “[...] uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso *legítimo* da violência física.” (WEBER, 1982, p. 60, grifo do autor).

No caso específico do Exército Brasileiro (EB) - na definição acima citada, “4. *Pertencente ao exército (em contraposição ao civil)*” - fica clara quando observamos sua estrutura organizacional que funciona, muitas vezes, como se fosse uma sociedade dentro da sociedade.

O Exército conta com Centros de Formação Profissional¹ próprios; possuem um sistema habitacional para os militares; um amplo sistema de assistência à saúde, tanto para os militares quanto para seus dependentes; possui assistência religiosa e, com o nosso objeto de pesquisa indica, possui o Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB), que dá assistência educacional para os filhos de militares e, mais

¹ Dentre os vários centros de formação temos a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), a Escola de Sargentos das Armas (ESA), o Instituto Militar de Engenharia (IME), dentre outros.

recentemente, para os filhos de civis². Todos esses aspectos possibilitam à Instituição um relativo funcionamento, independente da sociedade civil.

Através do Estado do Conhecimento que realizamos, mais especificamente sobre as pesquisas com temas variados sobre os Colégios Militares, pudemos notar um crescimento, ainda tímido é verdade, de pesquisas nessa área do conhecimento. Já nos estudos atinentes a história da Educação Militar no Brasil, a maioria dos especialistas que encontramos são autores militares, haja vista que esta temática ainda não tem uma significativa ressonância no meio acadêmico.

A contribuição do Exército para a cultura nacional e a valorização do homem brasileiro, conquanto seja assunto de evidente interesse histórico e social, não tem merecido o adequado enfoque pelos que escrevem a história da educação nacional (TAVARES apud LUCHETTI, 2006, p. 63).

A instituição Exército Brasileiro sempre viu na educação uma oportunidade de fazer a interação ou de estreitar laços com a sociedade civil, buscando diminuir as barreiras historicamente existentes entre militares e civis, que se ignoravam mutuamente. Assim, suas escolas cumprem o papel de transmissoras da cultura e dos valores militares, aonde, “A preocupação na formação intelectual do aluno vem acompanhada de um interesse em formar um determinado indivíduo para uma determinada sociedade.” (LEAL, 2009, p. 1).

Dessa forma, a educação militar exerce a função de preparar seus alunos, tanto para as carreiras militares, quando para o exercício nas diversas profissões e funções públicas civis, sempre transmitindo e preservando os valores éticos, históricos e culturais da Instituição.

O Exército utiliza a educação como uma ponte entre setores militar e civil; assim sendo, os Colégios Militares despontam como uma forma eficaz de aproximação entre ambos os setores, fazendo com que os ideais defendidos pelo Exército sejam disseminados nos demais setores da sociedade civil.

O processo educacional do Exército passou por várias fases. Numa primeira fase germinal, encontra-se no período anterior à vinda da Família Real ao Brasil (1699 a 1808), onde o ensino era precário e improvisado. A chegada da Corte

² Os filhos dos militares entram nos Colégios Militares por amparo legal, os filhos de civis via processo seletivo.

Portuguesa e da Família Real em janeiro de 1808, demandou o planejamento de uma reestruturação do Exército, visando uma força militar mais eficiente e menos “amadora”. Nesse período foi criada a Real Academia, onde funcionavam, concomitantemente, cursos eminentemente militares e cursos de engenharia.

Nesse contexto, a origem do ensino militar no Brasil é bastante antiga, e remonta ao fim do século XVII. Segundo Pirassinunga (1958), vamos então encontrar o primeiro vestígio do ensino militar, em 1698, no Rio de Janeiro, nas lições mandadas dar aos contestáveis e Artilheiros dessa Praça, sobre uso e manejo da artilharia. Esse ensino foi ordenado pelo Rei em Carta Régia de 22 de outubro de 1699.

[...] e ser conveniente a meu serviço haver Mestre que lhes dê lição por estarem comendo os seus soldos com pouco préstimo no seu ofício. E pareceu-me, dizer-vos que quando o Engenheiro que eu nomear em lugar de Gregório Gomes, não tenha a ciência que convém do uso e manejo da arma para o ensinar, neste caso se tratará de prover outrem no posto de Capitão da Artilharia desta Praça, e por ora esta doutrina a pode dar na Cadeia o Engenheiro onde é mais fácil recebê-la os que quiserem aprendê-la do que ir o mesmo Engenheiro às fortificações para cuja diligência o mando desembaraçar na prisão em que está. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 9).

Segundo Luchetti (2006), o ensino militar no Brasil Colônia era precário e as aulas eram ministradas de forma avulsas e descentralizadas. O primeiro núcleo de formação de ensino militar no Brasil foi o *Curso Prático de Fortificação* instalado em 1699 na cidade do Rio de Janeiro.

Sua finalidade era a preparação de um pequeno número de portugueses, ou de seus descendentes, para dirigir a construção de fortificações na costa litorânea de modo que estas facilitassem a ação defensiva portuguesa contra as investidas de ataques estrangeiros. (LUCHETTI, 2006, p. 64).

Estas iniciativas educacionais visavam atender as demandas por um mínimo de instrução que possibilitasse a defesa da Costa Brasileira.

Esse ensino, como característica da época, era ministrado em aulas, cursos avulsos e descentralizados, com finalidades específicas, tanto para formações técnicas quanto profissionais. Era um ensino

específico voltado para atender às exigências imediatas da defesa nacional. (LUCHETTI, 2006, p. 64).

Curiosamente o ensino militar começou por aulas ministradas na cadeia da cidade do Rio de Janeiro, dadas pelo então Capitão-Engenheiro Gregório Gomes, por ordem do Rei de Portugal. Em 1699, através da Carta Régia de 15 de janeiro, D. Pedro II, rei de Portugal, resolve a criação de uma Aula de fortificação, no Brasil.

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa capitania em que há engenheiro, haja aula em que possa ensinar a fortificar, havendo nela três discípulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos 18 anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo, vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para ver se (sic) adiantam nos estudos e se tem gênio para eles, porque quando não aproveitem incapacidade serão logo excluídos, e quando não seja pela pouca aplicação. Se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos. E quando haja pessoas que voluntariamente queiram aprender sem partido, serão admitidas, e ensinadas para que assim possa nessa mesma Conquista haver engenheiros, e se evitem as despesas que se fazem ao meu serviço, enquanto chegam depois dos outros serem mortos, de que me pareceu avisar-vos, para que tenhais entendido a resolução que fui servido tomar neste particular; e esta ordem mandareis regular nas partes necessárias, e fareis com que se faça pública para que venha a notícia a todos. Eu vi-a "Rei". Conde de Alvor. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 9).

Tem-se, assim, o primeiro registro da gênese do ensino militar no Brasil, da forma de admissão e dos critérios de avaliação por que deviam passar os primeiros alunos. Em 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa, começa uma nova fase da educação militar no Brasil. A necessidade de um Exército minimamente eficiente para suprir as demandas de segurança da família Real, fez com que D João VI determinasse que o Exército passasse por uma reestruturação, o que implicava, diretamente, numa reforma no modo de instruir os militares da Corte.

AS PRIMEIRAS ACADEMIAS MILITARES NO BRASIL

Em 1792, foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, pelo Conde de Resende, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, primeira Escola Militar das Américas. A história da educação militar no Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento do Exército Brasileiro e a criação das Forças Armadas, que remontam à chegada da Família Real ao Brasil, em 1808. “[...] o Exército, na concepção moderna da palavra, é um acontecimento do século XIX, que no Brasil começa a ser efetivamente pensado a partir da chegada da família Real.” (TAVARES, 2008, p. 50).

A Carta de 21 de dezembro de 1792, o Conde de Resende remete a D. Martinho de Melo e Castro, o Estatuto da Academia e da sua inauguração.

Remeto á V. Exa. Os Estatutos da nova Aula Militar que no dia 17 do presente mês, por ser o dos Anos de Sua Majestade, mandei abrir nesta Cidade, á qual assisti com um grande numero de oficiais e concurso de muitas pessoas, que além dos matriculados, a quem com antecedência havia prevenido e feito avisar para assistirem a este ato, poderão aproveitar-se dos Estudos da mesma Aula. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 29).

Em 1795 ocorreu a criação de uma Academia Militar destinada, exclusivamente, a formar oficiais da Arma de Infantaria³. Essa criação se deu pela não adaptação dos alunos infantis às aulas ministradas na Real Academia da Artilharia, Fortificações e Desenho. Segundo Pirassinunga (1958), a Academia serviria exclusivamente aos alunos de infantaria, sendo denominada de Nova academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa, sendo erigida na Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1795.

Uma das características da nova Academia Militar era a rigidez com que os alunos eram tratados, conforme um decreto do Conde de Resende, datado de 20 de junho de 1797.

Todo o Estudante seja qual for a sua graduação, que faltar nos dias de Estatuto à Aula, não qualificando as causas que tem para fazê-lo,

³ A carreira militar é dividida em Armas, Quadros e Serviços. Dessa forma, temos como Armas a Infantaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações etc. Como Quadros a intendência, a topografia etc. Como serviço o Serviço de Saúde do Exército.

e que sendo advertido e convencido do seu delito, se não corrigir, o suspendo do exercício do seu Posto, e o prenderei em uma Fortaleza, não lhes assistindo senão com metade do Soldo da sua Patente; pois como S. Magestade (sic) despense para a conservação do seu Exército imensas somas estas se inutilizam quando se empregam em pessoas inhabeis (sic) e até prejudicialissimas (sic) porque se abandonando ao domínio dos seus vícios não podem jamais sujeitar-se as regras da virtude, do valor, do patriotismo e da ciência. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 53).

Em 27 de janeiro de 1808, Dom João VI que governava o Reino de Portugal em nome de sua mãe D. Maria I, fugindo da invasão do Exército Frances, chega ao Brasil, se instalando inicialmente em Salvador, na Bahia. Dom João se deparando com a precariedade das forças destinadas a segurança territorial e incumbiu seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, da criação de um Exército, pois “[...] os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltava-lhes articulação e o sentido de conjunto, próprios dos organismos militares evoluídos.” (VIANNA, 1956, p. 268).

Nesse período teve inicio toda uma remodelação do ensino militar no Brasil. Assim no dia 5 de maio de 1808, é mandado estabelecer a Real Academia de Guardas-Marinha no Convento de São Bento, no Rio de Janeiro (PIRASSINUNGA, 1958).

O Príncipe Regente, Nosso Senhor houve por bem destinar as hospedarias dos Religiosos Beneditinos para nelas se estabelecer a Real Academia das Guardas-Marinha; pelo que ordeno o mesmo senhor de Vm.(sic) proceda logo a encomendar os armários, bancos e cadeiras que forem necessárias para esse fim, mandando fazer tudo por ajuste, de que dará parte a esta Secretaria de Estado para que se mande entregar a Vm.(sic) O valor da importância. Ao dito Abade do Convento de S. Bento escrevo agora participando-lhe (sesta real determinação de Sua Alteza real, afim de que desocupe e entregue as referidas hospedarias, para que Vm.(sic) as possa ocupar de fazer os convenientes melhoramentos. Deus Guarde a Vm.(sic). Paço em 5 de maio de 1808. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 59).

A criação de um Exército que garantisse a segurança da Família Real passava pela idealização de um processo educacional capaz de instruir os futuros

oficiais militares, pois somente bem instruídos, eles seriam capazes de dar sustentabilidade a um Exército forte e eficiente, nos moldes dos exércitos europeus.

Assim, a estruturação de um exército compatível com as necessidades vigentes passaria inevitavelmente pela formação de um corpo de oficiais como primeiro elemento, no sentido de reformar o Exército para dar-lhe disciplina e instrução. Ideia que tem sua materialização com a criação da Real Academia Militar, dois anos após a chegada da família real, aprovada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. (TAVARES, 2008, p. 50-51).

Dessa forma, a Real Academia Militar⁴, criada por “Carta de Lei” em 4 de dezembro de 1810, foi inaugurada efetivamente em 23 de abril de 1811, tendo o tenente-general Carlos Antônio Napion como seu primeiro comandante (PIRASSINUNGA, 1958)

Essa academia foi instalada no mesmo local da anterior e foi chamada também de Casa do Trem da Artilharia, hoje Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. A Casa do Trem destinava-se à guarda do “Trem da Artilharia”, conjunto de apetrechos bélicos usados na defesa da cidade, e, mais tarde, abrigou o Arsenal de Guerra. Em 1812, a Casa do Trem foi transferida para o Largo de São Francisco, local que oferecia melhores condições para o exercício da arte da guerra. Com a Independência do Brasil, em 1822, passou a chamar-se Imperial Academia Militar e, durante o Período Regencial, denominou-se Academia Militar da Corte. (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, online).

O ensino na Real Academia Militar foi padronizado pelo modelo francês. Esse modelo de ensino foi cuidadosamente preparado e submetido a atualizações constantes, graças à adoção de livros franceses, sempre atualizados “[...] para elevar o nível da cultura de seus homens, dando-lhes acesso às ideias novas, que era privilégio e monopólio exclusivo (sic) dos colonizadores ou de poucos brasileiros premiados com o curso em Coimbra.” (TAVARES, apud LUCHETTI, 2006, p. 68). Com a Real Academia Militar ocorre a progressiva substituição dos oficiais portugueses por oficiais brasileiros nos postos de comando.

⁴ A criação dessa escola fez parte da reforma pedagógica, instituída pelo Estado. A Academia instalou-se no ano seguinte, 23 de abril de 1811, na Academia do Trem, donde se transferiu em 1812, para o edifício do Largo de São Francisco, sede, hoje, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. (LUCHETTI, 2006, p. 67).

Luchetti (2006, p. 67) destaca que a Real Academia recebeu várias denominações diferentes de acordo com as finalidades prepostas.

Em 1822, proclamada a Independência, a Academia passou a ser designada de Imperial Academia Militar; em 1832, de Academia Militar de Marinha, quando nela se incorporou a Academia Imperial da Marinha (1832), e em 1838 de Escola Militar, quando da separação definitiva entre a Marinha e o Exército.

Tavares (2008) ressalta que na “Carta de Lei” de 4 de dezembro de 1810”, era possível perceber as audaciosas intenções de seus criadores, que não se intimidavam em dizer suas pretensões quanto à formação de um Exército que estivesse em mesmo padrão de profissionalismo de exércitos de outras nações do velho continente.

Na carta caberia à junta militar da Academia o dever de propiciar as condições necessárias para levar os alunos “[...] ao maior grau de perfeição [...] a fim de que ali se formassem oficiais completamente habilitados [...] na arte da guerra e que nada nos exercícios possam encontrar que lhe sejam novos [...]” (MOTTA apud TAVARES, 2008, p. 51).

Assim, por ordem de D. João VI, a Academia Militar ficou incumbida de funcionar com uma abrangência que vai além do ensino meramente militar, visando uma formação mais completa dos novos alunos.

[...] um curso completo das ciências matemáticas, de ciências de observações, quaes (sic) a física, química, a mineralogia, metalúrgica e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação, e artilharia, na forma que mando especificar; havendo uma Inspeção Geral que pertencerá ao Ministro e Secretário de Estado de Guerra, e imediatamente debaixo de suas ordens, à junta Militar que mando crear (sic) para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na forma dos seguintes estatutos [...]. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 61).

Segundo Motta (apud TAVARES, 2008), a Academia Militar tinha dois objetivos específicos, bem definidos, quais sejam: Formar oficiais de infantaria e de cavalaria, sendo esses combatentes formados especificamente para as operações

de guerra, e formar oficiais de artilharia e oficiais engenheiros⁵, incluindo geógrafos e topógrafos, aptos para direção de construção de estradas, pontes, portos, etc.

No Brasil, com o fim do Império e início da República, uma parcela da oficialidade do Exército era formada na Escola Militar da Capital Federal (1889 – 1898), local que continuava a ser um centro militar de estudos de matemática, de ciências físicas e naturais, desde 1858, com a criação da Escola Central, local em que se ministrava um ensino basicamente científico, deixando o ensino militar profissional em segundo plano. A Escola Militar da Capital Federal foi substituída pela Escola Militar do Brasil (1898 – 1905), que manteve as mesmas características de suas antecessoras. (RODRIGUES, 2008, p. 59).

Apesar do grande avanço que representou para o ensino militar a criação da Real Academia, as dificuldades encontradas foram inúmeras: “[...] falta de professores, de livros, reprovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática-militar.” (LUCHETTI, 2006, p. 67).

A extinção da Academia Real Militar se deu através do Decreto nº 2.116, de 1º de março de 1858, o qual cria a Escola Central do Exército, também na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1858, Em substituição à Academia Real Militar, foi criada pelo decreto número 2.116, de 1º de março de 1858, a Escola Central do Exército que, além de atender à dupla formação, de militares e de engenheiros, passou a funcionar em dois prédios diferentes: na Praia Vermelha, com a formação de oficiais, e no Largo de São Francisco, o centro de formação de engenheiros civis, o único do período. “Numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro” (MOTTA, 1998, p. 113).

Segundo Luchetti (2006), essa divisão da Escola Central do Exército, proporcionou uma dicotomia na forma de ensino do Exército. Enquanto uma parte, a da Praia Vermelha, primava mais pela operacionalidade da tropa, a Escola do Largo de São Francisco, visava uma formação mais técnica e científica, ficando assim bem delimitados os objetivos da nova escola.

⁵ “No Império, pela reforma de 1845, também conhecida como reforma Jerônimo Coelho, foram atribuídos aos concludentes da Academia os títulos de bacharel e de doutor: os títulos indicativos de postos hierárquicos foram substituídos pelo ‘doutor’, mais especificamente, oficial-doutor e oficial-bacharel.” (LUCHETTI, 2006, p. 70).

A Escola da Praia Vermelha, de formação eminentemente militar recebeu o nome de Escola de Aplicação do Exército, e durante o período de 1855 a 1874 passou por várias reformulações que primavam na essência, pela regulamentação do currículo aplicativo de regime acentuadamente militar, pelos rigores da disciplina e regime de internato, com horários pré-determinados e rígidos, e pelo tempo dedicado ao estudo. A Escola Central do Exército, do Largo de São Francisco, no período compreendido entre 1855 e 1874, tratou da formação de engenheiros civis [...]. (LUCHETTI, 2006, p. 71-72).

Ainda nesse período foram criados dois cursos “preparatórios”, cujas finalidades eram de preparar os futuros candidatos às escolas militares. Segundo Luchetti (2006), em 1858 foi criado o primeiro curso preparatório, sob responsabilidade do Ministério da Guerra, com duração de um ano. As disciplinas ministradas eram o Latim, história, geografia, aritmética, álgebra, geometria e metrologia. Já em 1863, foi criada a Escola Preparatória de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com os mesmos objetivos.

Luchetti (2006) ressalta que estes cursos preparatórios são considerados o marco inicial da introdução do ensino secundário militar, que cumpria duas funções específicas: primeiro, visavam preparar os alunos com uma base educacional sólida, que lhes garantissem o acompanhamento do ensino superior nas Escolas de Formação. Num segundo momento, visavam garantir aos filhos de militares tivessem o devido respaldo do Estado na sua educação secundária.

Desde então, aos poucos, foi sedimentada a ideia de que ao Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”. A princípio, o problema era visto sob o ângulo da necessidade de assegurar, aos alunos matriculados na Escola, preparo capaz de lhes permitir enfrentar os estudos superiores, de matemáticas e ciência. Depois, outro aspecto foi se juntando a esse: o dever do Estado de prover a educação secundária dos filhos dos militares. Os dois ângulos se somando acabaram por impor uma política educacional uniforme e permanente, já agora secular. Se há uma tradição, na vida do Exército Brasileiro, é esta de ser, também, uma agência realizadora do ensino médio, pois que aquela política, vinda de 1858, acabou por se fazer realidade incontestável, acima dos partidos, dos regimes políticos, das gerações que vão mudando e contra ela nada podem. São seus passos, ou marcos crescentes: o ‘ano preparatório’, o ‘curso preparatório’, ‘a escola preparatória’ e o ‘colégio militar’. (MOTTA apud LUCHETTI, 2006, p. 72).

Dentro desse contexto, em 1989, é criado o primeiro Colégio Militar do Brasil, o atual Colégio Militar do Rio de Janeiro, que faz parte da rede de ensino militar denominada de Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB).

Em 1906 o Exército cria a Escola de Guerra, na cidade de Porto Alegre – RS. Essa Escola se destinava a aprimorar a formação combatente dos oficiais do Exército. Em 1913, com a criação da Escola Militar de Realengo (EMR), no Rio de Janeiro, ocorreu o fechamento da Escola das Armas de Porto Alegre, a qual foi transferida para Realengo, para unificação de todas as Escolas Militares.

A Escola Militar do Realengo passou, então, a formar a elite dos oficiais do Exército por quase quarenta anos.

Após a sedição militar que envolveu seus alunos, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em quatro escolas: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática no Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como ideia principal abandonar o cientificismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo na formação do oficial do Exército. As quatro Escolas que sucederam a Escola Militar do Brasil foram sendo unificadas até serem transformadas, em 1913, na Escola Militar do Realengo. (RODRIGUES, 2008, p. 58).

Diferente das demais, a Escola Militar do Realengo se destacava pela politização de parte de seus alunos. Havia uma clara dicotomia entre um grupo de militares que visavam unicamente as atividades profissionais; e outro grupo, mais politizado, que participou ativamente das agitações políticas dos anos de 1920.

Historicamente, a Escola Militar no Realengo passou um período de grandes agitações políticas, de 1922 a 1930, quando muitos alunos da Escola e oficiais intermediários (capitães e tenentes) foram punidos em virtude de sua participação no Movimento Tenentista, causando uma grande tensão entre um grupo de oficiais que pretendia isolar os militares de participações políticas, preferindo ver seus membros envolvidos com a prática profissional [soldado-profissional] e outro grupo que apoiava a participação na política [soldado-cidadão]. (RODRIGUES, 2008, p. 58).

A adesão dos alunos do Realengo a manifestações políticas, fez com que as novas Escolas de Formação de Oficiais revisassem seus currículos e passando a

implementar uma formação profissional técnica/militar e a aplicação rigorosa dos preceitos disciplinares a seus alunos.

No contexto desse movimento de renovação ocorrido no início do século XX, tivemos o desencadeamento de uma repressão enérgica do Estado contra aqueles que participaram da Revolta de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, tais como: repressão policial da massa popular; limpeza social do centro do Rio de Janeiro; abertura de Inquéritos e de Conselho de Investigação e de Guerra contra os militares envolvidos na Revolta, que culminou com a exclusão a bem da disciplina de 275 (duzentos e setenta e cinco) alunos da EMB; abertura de duas Escolas Militares no subúrbio do Rio de Janeiro (Realengo e Curato de Santa Cruz), uma em Rio Pardo, e uma em Porto Alegre, afastando seus alunos das intensas atividades políticas desenvolvidas na região. (RODRIGUES, 2008, p. 217).

Rodrigues (2008) destaca que no início do século XX, no período de 1910 a 1912, alguns oficiais brasileiros foram enviados para estagiar nos Corpos de Tropas da Alemanha. Esses oficiais retornaram ao Brasil com novas ideias e influenciaram as transformações que ocorreram na doutrina do ensino militar a partir de então.

Ao voltarem [os oficiais], foram responsáveis pela divulgação da doutrina militar alemã através da Revista *A Defesa Nacional* e foram integrados a diversas unidades para divulgar os novos conhecimentos trazidos da Europa. Posteriormente alguns desses oficiais fizeram parte da chamada “Missão Indígenas”, cujo objetivo era instruir os alunos da Escola Militar no Realengo de acordo com o modelo germânico. (RODRIGUES, 2008, p. 59, grifo do autor).

O contato entre oficiais brasileiros e alemães culminou numa ampla campanha por reformas na Instituição, visando transformá-la do ponto de vista profissional, abandonando o modelo até então existente que era considerado teórico-cientificista.

A EXPANSÃO DO ENSINO MILITAR

Inicialmente o ensino militar ficou mais concentrado na cidade do Rio de Janeiro, onde mais se desenvolveu. Mas antes mesmo da chegada da família real em 1808, já havia ordem para que se expandisse esse ensino para as outras regiões da Colônia.

Segundo Pirassinunga (1958), durante o período colonial, o ensino militar foi também motivo de grande cuidado e preocupação por parte do governo Português, que determinou que o mesmo fosse ampliado para outras Capitânicas. Com exceção de Pernambuco e da Bahia, essa expansão praticamente não existiu, ao que se atribui a falta de empenho dos outros governadores.

Já em 1705, através da Carta Régia de 7 de outubro, foi ordenado que o ensino militar fosse levado “[...] a todas as partes em que, havendo Capitão Engenheiro ou Sargento-Mor, houvessem (sic) pessoas que quisessem aprender a engenharias.” (PIRASSINUNGA, 1958, p. 79).

A imensa extensão territorial da Colônia, bem como as dificuldades de comunicação e acesso entre as capitânicas; a falta de disponibilização de materiais didáticos e recursos financeiros, bem como a escassez de pessoal qualificado para ministrar as aulas, dificultaram o cumprimento estrito dessas ordens vindas de Portugal. “Conquanto representasse esta Carta, como que uma ordem taxativa, não foi executada em nenhuma Capitania, a exceção da do Rio de Janeiro.” (PIRASSINUNGA, 1958, p. 79).

A preocupação de Portugal com a expansão do ensino na Colônia era evidente, haja vista a necessidade de segurança de seu novo Domínio. Em outra Carta Magna, datada de 06 de março de 1713, determinava aos Capitães donatários: “[...] aos comandantes de armas que nos seus domínios promovessem o estudo das ciências Militares.” (PIRASSINUNGA, 1958, p. 79).

Contudo, mesmo com as insistentes recomendações do Rei de Portugal, as condições diversas da colônia não permitiram que o ensino militar fosse implantado nas demais capitânicas. Entretanto há alguns registros que nas capitânicas de Pernambuco e Bahia ocorreram algumas aulas. “Da Capitania da Bahia temos notícia de uma Aula de Fortificação e Artilharia mandada criar pelo então Governador e Capitão General D. Manoel da Cunha Menezes, depois de Conde de Lumiar.” (PIRASSINUNGA, 1958, p. 80).

Inaugurada na capital da capitania, na cidade de Salvador, em 1774, esta Aula não teve longa duração, haja vista que os Governadores que sucederam D. Manoel não deram continuidade ao projeto.

Já na Capitania de Pernambuco, o ensino começou em 1788, com D. Tomaz de Melo, governador e Capitão-General daquela Capitania, criando a Aula Militar que funcionou com a seguinte orientação estatutária:

Atendendo o quanto importante e indispensável é no corpo militar haja pessoas que possam desempenhar os postos que S. Magestade (sic) lhes confia, mando que se estabeleça nesta Praça de Recife de Pernambuco uma Academia Militar, em que se ensinem aquelas partes mais essenciais do Curso de Matemática de Belidor e Bezout que necessário seja para qualquer ação do real serviço [...]. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 81).

Dessa forma precária, mas contínua, o ensino militar no Brasil foi se consolidando e ganhando importância, devido às necessidades de aprimoramento do Corpo de Tropa e da formação de um Exército que fosse capaz de fazer frente às constantes ameaças de invasões na costa brasileira. Nesse trajeto, o ensino militar passou por inúmeras reformas até ganhar o contorno atual, sendo que, na maioria das vezes, as reformas ocorrerem à revelia e à margem das reformas educacionais ocorridas no Brasil.

AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO MILITAR

Desde o seus primórdios, a Real Academia possuía como fim formar oficiais eminentemente combatentes, ou seja, aqueles oficiais aptos a atuarem na linha de frente, na linha de combate.

Para tanto, aquela instituição de ensino passou por diversas reformas no período compreendido entre 1831 e 1850. Segundo Luchetti (2006), a Real Academia passou por cinco reformulações em 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845, na tentativa de adequá-la ao seu fim, ou seja, ajustar o ensino militar às novas demandas da profissionalização militar.

Muitas reformas, alternância de regimes escolares, ausência de sistematização didática, aulas em sala, meramente expositivas, compêndios desajustados ao nível dos alunos, normas militares frouxas, senão inexistentes, eis o que pode ser dito como síntese do período (MOTTA apud LUCHETTI, 2006, p. 70).

Do fim do período monárquico, 1874 até o início da República, 1904, o ensino militar brasileiro passou por mais quatro reformas: 1874, 1889, 1890 e 1898.

A primeira delas [1874], conhecida como Regulamento Polidoro que desvincula do Exército a função de formação de engenheiros civis e centraliza numa só sede educacional (Praia Vermelha) os estudos militares. Além disso, delibera sobre o currículo, teórico e prático, delimitando o tempo de formação dos cursos das armas de Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Curso de Engenharia Militar (5 anos) e do Curso do Estado-Maior (4 anos), sendo, este último, voltado eminentemente para as atividades práticas. (LUCHETTI, 2006, p. 77).

Na reforma de 1889 é criada a Escola Superior de Guerra (ESG)⁶, cuja finalidade era formar engenheiros, artilheiros e oficiais do Estado-Maior. A Reforma de 1890, conhecida como Benjamin Constant, retoma os estudos preparatórios de três anos e a profissionalização de cinco, seis e sete anos para infantaria e cavalaria, artilheiros e oficiais do Estado-Maior, respectivamente. “Essa reforma trouxe perda de relevância ao ensino prático militar pela amplitude dada aos estudos das ciências gerais. O Regulamento de 1890 continuou oferecendo aos oficiais uma formação excessivamente teórica, faltando instrução militar adequada.” (MOTTA apud LUCHETTI, 2006, p. 77).

Para entendermos pormenorizadamente quais motivos foram determinantes para a ocorrência de todas aquelas reformas ocorridas no ensino militar brasileiro, deveríamos aprofundar nas análises das transformações por que passou o Exército e a própria sociedade brasileira naquele conturbado momento histórico – Guerra do Paraguai, abolição da escravatura, fim do regime monárquico, proclamação da república etc. - assunto relevante mas que, no momento, foge nossa proposta. Entretanto não podemos deixar de mencionar qual era o papel que o Exército desempenhava antes e após a proclamação da república.

A criação de uma Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, pela Regência Trina Permanente que assumiu após a abdicação de D. Pedro I, foi inspirada na

⁶ Três anos depois da criação da similar norte-americana – O “*National War College*” – é fundada aqui a Escola Superior de Guerra, sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas. (BRASIL..., 1986, p. 70).

experiência francesa⁷ e surgiu quando o país passava por um momento de intensa luta política e social. A Regência Trina via no Exército um pilar de sustentação de D. Pedro I, dessa forma, sentiram que era preciso garantir o fortalecimento do poder central, conciliar os interesses do governo imperial com os dos mandatários locais. Foi com esse intuito que a Guarda Nacional foi criada.

Desde o início do período regencial, o Exército era mal visto por aqueles que consideravam as tropas oficiais uma ameaça à ordem política e um instrumento de dominação do poder central. No entanto, com a Proclamação da República, em 1889, a situação se inverte. “No Império a sua [do Exército] posição política era considerada como marginalizada e, na República, assume posição privilegiada, de centro de poder, com a instauração da ordem burguesa e da composição social hierárquica do seu corpo.” (LUCHETTI, 2006, p. 79).

Germano (1993, p. 40) destaca que no período monárquico-escravista⁸, o Exército era permeado de elementos de origem popular, sendo que na república, tornou-se “[...] mais seletivo, mais excludente, com relação ao acesso de indivíduos oriundos das classes subalternas ao oficialato.”⁹

A marginalização e o desprestígio político do Exército, no Império [...] são motivados pela instauração de um aparato militar de defesa formado por uma estrutura dual. Instaurado pela composição entre a Guarda Nacional (1831) a qual servia diretamente ao Estado monárquico-escravista nas questões internas, e pelas tropas do Exército que cabiam, exclusivamente, a defesa externa. À Guarda Nacional competia o padrão político social privilegiado, enquanto que ao Exército era reservada uma tropa de excluídos sociais. (LUCHETTI, 2006, p. 79).

Com a importância e o novo papel político/social que o Exército Brasileiro assume após a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889,

⁷ “A Guarda Nacional foi criada com base na experiência da França, que havia transferido a segurança do país para os próprios cidadãos, que teriam a função de auxiliar as forças policiais e o Exército a manter a ordem no país.” (HISTÓRIA..., online).

⁸ No Império, a Escola Militar, era o único acolhimento dos indivíduos menos favorecidos que pretendiam ascender socialmente. Na República, o cenário alterou, “[...] o tipo comum que ali ingressava era o do jovem provinciano que, tendo verificado praça antes como medida preparatória, [...] encontrava na escola da Praia Vermelha o caminho natural.” (SODRÉ, 1979, p. 166).

⁹ Oficialato é um termo utilizado para se referir ao oficial das Forças Armadas. Na hierarquia militar há Postos e Graduações. Os postos são dos oficiais, que se subdividem entre subalternos, intermediários, superiores e gerais; já os Praças se subdividem nas graduações de Soldado, cabo, 3º, 2º e 1º sargentos, Subtenentes e Praças especiais, que são os Aspirantes à Oficial.

esse dá continuidade às reformas nas esferas de sua política educacional de formação de seus quadros, implementando meios para selecionar candidatos com reais aptidões para a carreira militar ¹⁰.

O novo Regulamento organizado em 1905 para os Institutos Militares de Ensino, após o fechamento da Escola Militar do Brasil e a abertura de quatro novas escolas militares que substituíram a anterior, foi uma tentativa de abandonar o modelo teórico-cientificista que existia e tentar introduzir um modelo mais prático e objetivo. (RODRIGUES, 2008, p. 216).

Na busca por candidatos que apresentassem disposição e aptidão para a carreira das armas, a proposta do Exército era de instituir um novo método de ensino que corrigisse as “falhas” relacionadas à instrução e a educação militar do passado. A proposta era a de um ensino voltado para as atividades eminentemente militares, em detrimento de uma formação humanística e crítica que levassem os seus alunos a se envolverem em questões políticas.

Essa nova postura do Exército com relação à educação militar e a formação de seus novos quadros, veio da influência e das pressões internas que os oficiais brasileiros que estagiaram na Alemanha exerceram sobre o comando, exigindo reformas na Instituição.

A organização do Regulamento da Escola Militar de 1913 tinha como objetivo continuar dando maior importância possível à instrução prática na formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, apesar de esbarrar na tradição do modelo teórico-cientificista. O novo Regulamento foi repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa da Alemanha, pela renovação da cultura militar. Em 1914, o Regulamento de 1913 sofreu algumas alterações em seus artigos, estabelecendo o ensino teórico-prático ou prático unicamente, ou seja, significava que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, e se possível, sempre seguida de exemplos práticos. (RODRIGUES, 2008, p. 217).

O Exército sempre possuiu e manteve um aparato educacional auto-suficiente e autônomo, com amparo legal para criar e gerenciar a sua política pedagógica, que com o tempo foi se alterando e adequando às novas demandas da Força Terrestre.

¹⁰ Sobre o processo seletivo para o quadro de oficiais do Exército, ver a Tese de Doutorado em História pela UERJ, de Fernando da Silva Rodrigues, de 2008, intitulada: Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946.

Desde a sua concepção, a educação militar passou por várias reformas, sempre procurando o aperfeiçoamento técnico profissional e o adestramento da tropa.

Segundo Rodrigues (2008, p. 13), no período de 1905 a 1946, as reformas nos Institutos Militares de Ensino Superior tinham o objetivo de acompanhar a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército.

A reforma de 1905, contextualizada pelo fim da revolta na Escola Militar do Brasil em novembro de 1904, foi mais uma tentativa para eliminar o excesso do chamado ensino teórico do currículo de ensino militar, procurando dar o máximo de relevo à instrução prática profissional. A reforma de 1913, como a anterior, buscava dar o máximo de atenção ao ensino prático. As reformas de 1918 e de 1919 foram consideradas por Jehovah Motta como dois Estatutos Gêmeos, pois estes regulamentos apareceram muito próximos no tempo, nas ideias e nos propósitos, e foram articulados ao desenvolvimento e ao fim da Primeira Guerra Mundial que, em tese, afetou muito a evolução do Exército Brasileiro, provocando reformas substanciais de estrutura, como o aumento de orçamentos da União.

Rodrigues (2008) destaca que um marco divisório na história do Exército e, em consequência, nas Instituições Educacionais de Ensino Militar no Brasil, foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), devido à necessidade de fortalecimento das bases das Instituições Militares. No período pós-guerra o Ensino Militar começa a passar por sucessivas reformas, tendo sempre como foco a educação e formação dos oficiais do Exército.

A reforma de 1924 foi contextualizada pela necessidade de mudanças na estrutura do ensino verificada após a sedição na Escola Militar do Realengo em 1922 e responsável por abrir espaço para penetração da Missão Militar Francesa (MMF) em 1924. A reforma de 1929, que quase nada alterou o que já estava estabelecido, pois cerca de noventa por cento dos seus artigos repetiam o texto de 1924. A reforma de 1934, que foi suspensa em 1935. A reforma de 1940, apesar de promover poucas modificações, alterou em especial o tempo de duração do curso de formação de oficiais, que passou de três para quatro anos. Finalmente, a reforma de 1942, contrariando a reforma de 1940, retorna à duração de três anos do curso de formação de oficiais. (RODRIGUES, 2008, p. 14).

Todas essas reformas ocorreram à margem das reformas educacionais ocorridas no Brasil, sendo que, até hoje, o ensino militar possui uma autonomia regulamentada em Lei.

No entanto, podemos perceber que as reformas no sistema de ensino militar em nenhum momento acompanharam qualquer reforma de ensino feito no país, principalmente a reforma de 1931, de Francisco Campos e a de 1942, de Gustavo Capanema, que não fizeram qualquer ingerência no ensino militar do Brasil. Ao contrário, causaram um isolamento com relação ao sistema de ensino civil e problemas de equiparação nas estruturas do ensino militar e civil brasileiro, que até hoje permanecem. (RODRIGUES, 2008, p. 14).

Não obstante ao fato de que com essas reformas o Exército estava buscando o aprimoramento técnico profissional de seus quadros, visando torná-lo mais moderno, profissional e competitivo, havia também uma intenção de se formar profissionais mais preparados do ponto de vista doutrinário, voltados mais para as questões práticas em detrimento de uma formação teórica, sempre vista com ressalvas no meio militar.

A melhor interpretação para essas constantes reformas seria, em um primeiro momento, a necessidade de o Exército Brasileiro preparar melhor seu Corpo de Oficiais, buscando essas mudanças dentro do movimento da História Política Brasileira. Em um segundo momento, podemos dizer que a Escola Militar serviu como um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, com o progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico. Esse momento foi estabelecido com base na influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena, e da Missão Militar Francesa, marcado por revoltas sociais internas, como a Guerra do Contestado e o Tenentismo, e pelas duas Grandes Guerras Mundiais. (RODRIGUES, 2008, p. 14).

Apesar do viés doutrinário militarista, a Academia Militar teve muita importância na formação de engenheiros e topógrafos, sendo que muito contribuíram para a abertura de estradas e construções de portos no Brasil. “[...] a formação de engenheiros, é a que nos chama atenção, pois ela serviu como a alavanca que conduziu o Exército e seus oficiais a se envolverem desde cedo com as causas públicas do país.” (TAVARES, 2008, p. 52).

A partir de 1930, o ensino militar adquire novos contornos, caracterizado pelo enriquecimento, pela complexidade das Forças Armadas e pela crescente especialização, mecanização e avanços tecnológicos. Segundo Luchetti (2006), tem início na década de 1980 e estende-se até os dias atuais, um período esse que se

caracteriza por mudanças, ditas modernizantes, com a finalidade de adequar o ensino militar aos requisitos da conjuntura nacional e mundial.

Na atualidade, várias Escolas de Formação contam com o respeito e credibilidade junto à sociedade brasileira, como por exemplo, citamos o Instituto Militar de Engenharia (IME), grande centro de referência no campo da engenharia brasileira. Entretanto, segundo Rodrigues (2008), as diversas mudanças ocorridas no ensino desde o século XIX “não impediam que a supervalorização da ciência deixasse esses oficiais distante do que seria o objetivo de uma Instituição militar, ou seja, a preparação para guerra”.

Essas reformas sofreram fortes influências estrangeiras, devido ao intercâmbio entre oficiais brasileiros e oficiais alemães, franceses e norte-americanos, cada uma há seu tempo.

Uma nova mentalidade profissional surgiu por influência direta dos “jovens turcos” ou “germanófilos” que eram oficiais que estagiaram no Exército alemão, entre 1904 e 1914, e trouxeram uma variedade de ideias novas, de cunho profissional, criando um proselitismo renovador sem embargo de problemas políticos. Após o estágio, esses “jovens turcos” trabalharam intensamente para implantar a concepção militar alemã à brasileira. Esse grupo de jovens criou, em 1913, um veículo de comunicação que existe até os dias atuais: a revista *Defesa Nacional*. (LUCHETTI, 2006, p. 83, grifo do autor).

Com a extinção, em 1918, da Guarda Nacional, o Exército assume seu papel de principal responsável pela segurança interna e externa do país. Um ano depois, em 1919, ocorre a regulamentação do ensino militar no Brasil.

A reforma de 1919 retifica e ratifica a operacionalidade profissional. O certo é que, em 1919, atinge-se, afinal, o objetivo perseguido desde 1905: uma escola moldada segundo padrões nitidamente militares, com um currículo em que os assuntos profissionais ocupam setenta por cento de estudos, com um “ensino prático” rigoroso e absorvente, e com um regime disciplinar severo, que por vezes até se reveste de uns certos (sic) toques de prussianismo [...]. (MOTTA, 1998, p. 264).

A primeira Lei de Ensino Militar data de 1928. Em consonância com a Lei de 1919, essa Lei dispunha sobre o ensino militar ampliando a sistematização de cursos para um conjunto de 12 Escolas de Formação do Exército Brasileiro. “É

recriada a Escola de Engenharia Militar, Instituto Militar de Engenharia (IME), órgão anexo ao Sistema Militar do Exército com especializações em várias modalidades de engenharia: engenheiro-artilheiro, engenheiro-eletrotécnico, engenheiro-químico e engenheiro de construção.” (LUCHETTI, 2006, p. 89).

Atualmente o Exército possui uma formação exclusiva para a carreira militar, escalonada da seguinte forma: Escolas de Sargentos (Nível Médio); Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx/3º ano do Nível Médio); Escolas de Formação de Oficiais (AMAN/Bacharelado em Ciências Militares, reconhecido pelo MEC¹¹); Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO/Equivalente ao Mestrado, não reconhecido pelo MEC); Escola Comando Estado Maior do Exército (ESCEME/ Nível Doutorado, não reconhecido pelo MEC).

Incluem-se nesse escalonamento as Escolas de Saúde do Exército (EsSEx), destinadas aos quadros de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Veterinários do Quadro de Saúde; a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), destinada aos quadros do magistério militar, advogados, enfermeiros militar, psicólogos, e o Instituto Militar de Engenharia (IME), formação de Engenheiros Militares etc.¹²

O principal Centro de Formação do Exército foi criado em 1º de janeiro de 1944, na cidade de Resende- RJ. Surgida da necessidade de centralizar e de se aperfeiçoar a formação do oficial para um Exército que crescia e se operacionalizava, a Escola Militar de Resende, passou a chamar-se, em 1951, Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e é hoje um centro de referência de formação militar da América Latina.

¹¹ Regulamentado pela Portaria Normativa Interministerial Nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008.

¹² O Exército ainda conta com vários núcleos de Formação de Oficiais da Reserva (NPOR), Cursos de Formação de Sargentos Temporários, Diversos cursos de aperfeiçoamento, como o Centro de Instrução de Guerra na Selva (SIGS) e a Escola de Instrução Especializada (ESIE), além de outros.

Figura 1 - Entrada principal da Academia Militar das agulhas Negras

AMAN – RESENDE - RJ



Fonte: ACADEMIA..., online.

Figura 2 - Foto dos Cadetes da academia durante cerimônia de entrega do espadim aos novos formandos

CERIMONIA ANUAL DE FORMATURA NA AMAN



Fonte: ACADEMIA..., online.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do Ensino Militar no Brasil está intimamente ligada à história do Exército, e é fator determinante para manutenção de uma ética profissional que distingue essa categoria, denominada Militar, das demais categorias profissionais. Ainda não há consenso entre os estudiosos das ciências sociais sobre a pertinência ou não de se falar que os militares pertencem a uma determinada classe social específica.

Segundo Weber (1982), o conceito de classe está ligado à classificação social, onde grupos de pessoas que, em função de interesses específicos têm a mesma posição econômica. Weber afirma que a propriedade ou a não propriedade de bens materiais ou habitações específicas determinam a situação de classe.

Dentro desse viés weberiano, os militares não poderiam se enquadrar no conceito de classe, haja vista que a categoria militar não forma um bloco homogêneo, pois há na carreira militar uma longa estrutura hierárquica, diferenciada pela forma de acesso à carreira, pelo tempo de formação e pelos diferentes graus hierárquicos e funções dentro da instituição.

A dificuldade de se falar em uma classe de militares esbarra na própria impossibilidade de determinar a origem social dos militares. Segundo Fernandes (1978 p. 9), há uma tendência entre os estudiosos dessa temática em atribuir a classe média como referência. “[...] afirmou-se como uma evidência quase senso comum uma espécie de relação causal entre a origem de “classe média” dos militares latino-americanos e a importância desta presença (predominante) das “classes médias” nas Forças Armadas [...]”

Castro (2002, p. 38) destaca que de todas as reformas educacionais ocorridas no campo do ensino militar, a reforma da Escola Militar de Realengo, idealizada e iniciada por José Pessoa, “[...] pode ser vista como um exemplo bem sucedido da criação de “[...] novas tradições”, como prova a permanência por sete décadas das tradições então forjadas.” Ali podemos observar a gênese dos elementos simbólicos presentes no Exército Brasileiro.

As palavras de José Pessoa, por ocasião de sua tomada de posse como Comandante da Escola Militar de Realengo, em 15 de janeiro de 1931, após a Revolução de 1930¹³, nos mostra bem qual seria o novo papel do Exército frente aos problemas políticos a partir daquele momento histórico.

Cadetes! O dever que o Exército tinha com a república já está consumado... Mas a revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. A república está salva, mas resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. Revalidada a forma de governo, cumpre

¹³ A Revolução de 1930 foi desencadeada a partir do assassinato de João Pessoa, na Paraíba. José Pessoa, irmão de João Pessoa, teve participação ativa no cerco ao Palácio da Guanabara, em 24 de outubro de 1930, o que resultou na renúncia do presidente Washington Luís.

restaurar o Brasil... O Exército, como instituição democrática por excelência é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se recompõe, tanto é verdade, que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência. (CASTRO, 2002, p. 39).

Após a Revolução de 1930, o papel do Exército Brasileiro é o de ir além da preservação da ordem republicana. Com o novo cenário político que se estabeleceu, coube ao Exército a missão de “salvar a Nação” e de “Manter a integridade da Pátria”.

O Exército, enquanto “ossatura da nacionalidade”, teria um papel fundamental na fase de “reeducação” e “renovação” que se iniciava. “A Escola Militar, onde seriam formadas as futuras gerações de oficiais, era vista como uma instituição seminal do “novo Exército” e, por extensão, da nova nação que se pretendia construir”. (CASTRO, 2002, p. 39).

Um novo Exército para uma nova Nação. Dentro dessa perspectiva, a educação militar teve e ainda tem um papel relevante no reforço, na transmissão e na afirmação dos valores militares dentro da instituição.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Disponível em: <www.aman.ensino.eb.br>. Acesso em: 7 set. 2013.

ACADEMIA Militar das Agulhas Negras. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Militar_das_Agulhas_Negras>. Acesso em: 2013.

BRASIL nunca mais: um relato para a história. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Colégio Militar de Campo Grande. **Manual do aluno 2011**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002. In: _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército: valores, deveres e ética militar** (VM 10). Brasília, DF, 2002.

CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FERNANDES, Heloísa. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global, 1978.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

HISTÓRIA do Brasil. Disponível em: <www.infoescola.com/historia-do-brasil/>. Acesso em: 23 set. 2013.

LEAL, Fabiana Maria. “Por Trás dos Portões”: a disciplina no Colégio Militar de Curitiba (1959-1964). **Revista de Monografias de História**, Curitiba, n. 3, p. 01-40, 2008. Disponível em: <<http://www.utp.edu.br/revista-eletronica-do-curso-de-historia/>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O ensino no exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército: currículos e regimes da academia militar 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. **O ensino militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TAVARES, Kleber da Silva. **A ética Castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

Artigo recebido em: 13/12/2013.

Aprovado em: 24/02/2014.